



# Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XXV

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 106.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1990  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Pedro Tonelli, Rafael Greca e Rubens Bueno (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 204/90

Curitiba, 20 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de

Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Indústrias Andrade Latorre S.A., o imóvel constituído dos lotes nºs 20 e 19 da Gleba 5 e do lote nº 94, da Gleba 6, todos da colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com áreas de 113,5459, 133,5217 e 11.3969 hectares, respectivamente.

Cumpra esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro 1978, em nome dos ocupantes segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das Matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo o que dispõe o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, já citado.

Cumpra ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 893.123-2, de 09.10.90.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 205/90

Curitiba, 20 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Alcides Gomes, Delvail Gomes e Olinda Aparecida Gomes Ciuffa, o imóvel constituído do lote nº 39, Gleba 01, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pi-

tanga, neste Estado, com área de 350.9927 hectares.

Cumpra esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das Matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo o que dispõe o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, já citado.

Cumpra ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente, protocolado sob n° 886.611-2, de 19.10.90.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 206/90

Curitiba, 20 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, na forma que especifica e a partir de 1° de dezembro de 1990, a tabela de salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, integrante do Grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte, da Casa Militar, da Governadoria do Estado.

O plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa decorre de expediente que me foi dirigido pelo Secretário de Estado da

Administração que, justificando a medida, apresentou exposição de motivos asseverando:

"A proposta visa recompor os salários dos servidores do Grupo Atividade Aviação, que abrange Pilotos, Co-Pilotos e Mecânicos de Manutenção de Aeronaves, e prevê um acréscimo de 40% (quarenta por cento) sobre a tabela de novembro/90, a vigorar a partir de 1° de dezembro de 1990.

Em consequência de reestruturações na Tabela Salarial da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, com aplicação de índices diferenciados, o cargo de Mecânico de Manutenção de Aeronaves tem hoje o salário máximo de Cr\$ 19.317,78, quando o maior valor para um Mecânico Especializado de Veículos é de Cr\$ 39.388,83.

Com o objetivo de corrigir tal distorção, está prevista a alteração da faixa K da Tabela, correspondente ao cargo de Mecânico de Manutenção de Aeronaves, cujo último nível passará a equivaler ao nível GZ da Tabela CLT do Poder Executivo Estadual - Cr\$ 39.388,83 - que abrange os cargos de nível médio mais valorizados.

Certo de que a proposição merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica alterada, na forma de que trata o Anexo à presente Lei, a tabela de salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, integrante do Grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte, da Casa Militar, da Governadoria do Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de dezembro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO de que trata o art. 1°

VIGÊNCIA 1° DE DEZEMBRO DE 1990						PILOTOS	
NÍVEL	A	B	C	D	E	FATOR DE HORA-VOO DIURNA X NÚMERO DE HORAS X VELOCIDADE OPERACIONAL DA AERONAVE (600 / 400 / 300)	FATOR DE HORA-VOO NOTURNA X NÚMERO DE HORAS X VELOCIDADE OPERACIONAL DA AERONAVE (600 / 400 / 300)
CLASSE							
V	59.110,63	62.066,10	65.169,43	68.427,91	71.849,25	3,03638	6,12579
W	55.416,76	58.187,65	61.097,00	64.151,84	67.359,41	3,03638	6,12579
Y	51.721,68	54.367,76	57.023,19	59.874,36	62.867,96	3,03638	6,12579
X	44.332,92	46.549,55	48.876,99	51.320,92	53.886,95	1,69922	3,46888
K	26.903,10	29.593,41	32.552,75	35.808,03	39.388,83	-	-

MENSAGEM N° 207/90

Curitiba, 21 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, até o montante de Cr\$ 951.015.494,00 (novecentos e cinquenta e um milhões, quinze mil, quatrocentos e noventa e quatro cruzeiros).

Esclareço que as presentes alterações são decorrentes dos seguintes parâmetros para atualização das receitas de recolhimento descentralizado e reprogramação de despesas:

- Incorporação de recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios, num total de Cr\$ 740.921.700,00 (setecentos e quarenta milhões, novecentos e vinte e um mil e setecentos cruzeiros) das seguintes entidades vinculadas:

ÓRGÃO/FINALIDADE VALOR Cr\$ 1,00

- Fundação Universidade Estadual de Londrina, para aquisição de equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades da Entidade..... 50.000.000
- Fundação Universidade Estadual de Maringá, para atender programas didáticos do ensino de graduação, pós-graduação programa de extensão a comunidade e demais despesas de manutenção da Entidade..... 201.000.000
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, para atender despesas com a manutenção da Entidade e com a aquisição de equipamentos e material permanente..... 7.500.000
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, para a conclusão de obras do herbário da Faculdade.. 1.200.000
- Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, para atender despesas de manutenção da Entidade..... 2.000.000
- Instituto de Tecnologia do Paraná- TECPAR, para aquisição de insumos básicos para a produção e serviços essenciais.....176.000.000
- Instituto de Terras, Cartografia

e Florestas do Estado do Paraná-ITCF, para atender despesas de custeio da Entidade..... 45.000.000

- Fundação Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR, para atender despesas de manutenção das atividades de pesquisas da Entidade..... 19.550.000

- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER/PR, para atender despesas de manutenção das atividades da Entidade..... 87.900.700

- Fundação Rádio e Televisão do Paraná, para aquisição de equipamentos, visando a implantação do estúdio da TV Educativa..... 25.000.000

- Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR, para atender obrigações decorrentes do contrato firmado entre BIRD e BANESTADO, para execução do PEDU.....125.771.000

- Remanejamento de dotações orçamentárias e/ou criação e conversão de fontes de recursos dos órgãos da administração indireta relacionados a seguir, num total de Cr\$ 210.093.794,00, (duzentos e dez milhões, noventa e três mil, setecentos e noventa e quatro cruzeiros).

- Fundação Universidade Estadual de Londrina, para atender despesas com pessoal e encargos sociais ..... 4.458.000

- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, para atender despesas com IOF ..... 2.000.000

- Fundação Universidade do Oeste do Paraná- FUNIOESTE, para aquisição de material permanente e equipamentos para a entidade....10.000.000

- Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, para atender despesas com pessoal em serviço extraordinário, insalubridade e demais encargos do Departamento..5.000.000

- Departamento Estadual de Transporte Oficial -DETO, para despesas com manutenção das atividades do Departamento..... 4.300.000

- Serviço da Loteria do Estado do Paraná- SERLOPAR, para atender despesas com manutenção da Entidade..... 10.000.000

- Junta Comercial do Paraná- JCP  
para atender despesas com pessoal  
e encargos sociais e subvenções  
sociais..... 8.950.000

- Fundação Teatro Guaíra, para  
atender despesas com manutenção  
das atividades da Entidade..... 1.300.000

- Departamento de Trânsito-  
DETRAN, para despesas com a manu-  
tenção das atividades do Departa-  
mento e o recolhimento do PASEP..6.560.794

- Fundação de Ação Social do Para-  
ná- FASPAR, para atender despesas  
necessárias a manutenção das  
unidades sociais oficiais da  
Entidade.....45.000.000

- Administração dos Portos de  
Paranaguá e Antonina- APPA, para  
atender despesas com pessoal e  
custeio da Entidade.....112.525.000

Certo de poder contar com a atenção  
dessa egrégia Assembléia Legislativa rei-  
tero Vossas Excelências, as expressões do  
meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprova créditos suplementares aos  
Orçamentos Próprios das Fundações, Autar-  
quias, Órgãos de Regime Especial e Empre-  
sas Públicas, aprovados pela Lei Estadual  
n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989.

A Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná decretou e eu sanciono a seguinte  
lei.

Art. 1º - Ficam aprovados créditos su-  
plementares aos vigentes Orçamentos Próp-  
rios de Fundações, Autarquias, Órgãos de  
Regime Especial e Empresas Públicas, apro-  
vados pela Lei Estadual n. 9.173, de 27 de  
dezembro de 1989, até o montante de Cr\$  
951.015.494,00 (novecentos e cinquenta e

um milhões, quinze mil, quatrocentos e no-  
venta e quatro cruzeiros), à conta de re-  
ceitas de recolhimento descentralizado,  
conforme detalhamento no Anexo I desta  
Lei.

Art. 2º - Servirá como cobertura para  
os créditos referidos no artigo 1º desta  
Lei, igual importância proveniente de:

- remanejamento de dotações orçamentá-  
rias bem como a criação e conversão de  
fontes, conforme artigo 17 da Lei Estadual  
n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no  
valor de Cr\$ 210.093.794,00 (duzentos e  
dez milhões, noventa e três mil, setecen-  
tos e noventa e quatro cruzeiros), de  
acordo com o Anexo II desta lei;

- incorporação de recursos decorrentes  
de excesso de arrecadação de recursos pró-  
prios no valor de Cr\$ 740.921.700,00 (se-  
tecentos e quarenta milhões, novecentos e  
vinte e um mil e setecentos cruzeiros),  
das Entidades da Administração Indireta, a  
seguir relacionadas:

- Fundação Rádio e Televisão do Para-  
ná.

- Empresa Paranaense de Assistência  
Técnica e Extensão Rural EMATER/PR.

- Fundação Universidade Estadual de  
Londrina.

- Instituto de Terras, Cartografia e  
Florestas do Estado do Paraná - ITCF.

- Fundação Instituto Agrônômico do Pa-  
raná - IAPAR.

- Fundação Escola de Música e Belas  
Artes do Paraná.

- Fundação Universidade Estadual de  
Maringá.

- Fundação Faculdade Estadual de Filo-  
sofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

- Fundação Faculdade Estadual de Filo-  
sofia, Ciências e Letras de Cornélio Pro-  
cópio.

- Instituto de Tecnologia do Paraná -  
TECPAR.

- Fundação de Assistência aos Municí-  
pios do Estado do Paraná FAMEPAR.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1.00		I	
I		INATUREZA I		IL I		IN.DOI	
I		I DA IFTIDI		VALOR		IPROCI	
I		IDESPESA I IRI				ICOP I	
I 1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	I	I I I			I	I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I			I	I
I	I	I	I I I			I	I
I 1021	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DEI	I	I I I			I	I
I	ILONDRINA	I	I I I			I	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 02	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 1019	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI	I	I I I		I I
I	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I I
I	ILONDRINA	I 4120.00	I40ILI	50.000.000	I1067I
I 2089	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR I	I	I I I		I I
I	IEM LONDRINA	I 3111.01	I40ILI	4.234.000	I1022I
I	I	I 3113.00	I40ILI	224.000	I1022I
I 1022	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DEI	I	I I I		I I
I	IPONTA GROSSA	I	I I I		I I
I 2090	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E I	I	I I I		I I
I	ISUPERIOR EM PONTA GROSSA	I 3132.00	I82ILI	2.000.000	I1022I
I 1023	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DEI	I	I I I		I I
I	IMARINGA	I	I I I		I I
I 2091	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR I	I	I I I		I I
I	IEM MARINGA	I 3120.00	I40ILI	50.000.000	I1153I
I	I	I 3120.00	I81ILI	10.000.000	I1153I
I	I	I 3120.00	I82ILI	30.000.000	I1153I
I	I	I 3131.00	I40ILI	3.000.000	I1153I
I	I	I 3132.00	I40ILI	60.000.000	I1153I
I	I	I 3132.00	I81ILI	30.000.000	I1153I
I	I	I 3231.00	I40ILI	6.000.000	I1153I
I	I	I 3280.00	I40ILI	12.000.000	I1153I
I 1025	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I I
I	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	I	I I I		I I
I	ICORNELIO PROCOPIO	I	I I I		I I
I 2093	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E I	I	I I I		I I
I	ISUPERIOR EM CORNELIO PROCOPIO	I 3131.00	I40ILI	200.000	I1153I
I	I	I 3132.00	I40ILI	5.000.000	I1153I
I	I	I 3231.00	I40ILI	1.100.000	I1153I
I	I	I 4120.00	I40ILI	1.200.000	I1153I
I 1026	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I I
I	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	I	I I I		I I
I	IJACAREZINHO	I	I I I		I I
I 2094	IADMINISTRACAO DO ENSINO DE	I	I I I		I I
I	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS EM	I	I I I		I I
I	IJACAREZINHO	I 4110.00	I40ILI	1.200.000	I1067I
I 1033	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DOI	I	I I I		I I
I	IOESTE DO PARANA - FUNIOESTE	I	I I I		I I
I 2101	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR I	I	I I I		I I
I	INA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE	I	I I I		I I
I	IDO PARANA	I 4120.00	I40ILI	10.000.000	I1022I
I 1034	IFUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS	I	I I I		I I
I	IARTES DO PARANA	I	I I I		I I
I 2087	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR I	I	I I I		I I
I	IDE MUSICA E BELAS ARTES	I 3120.00	I40ILI	200.000	I1067I
I	I	I 3131.00	I40ILI	300.000	I1067I
I	I	I 3132.00	I40ILI	1.500.000	I1067I
I 1035	IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	I	I I I		I I
I	I- TECPAR	I	I I I		I I
I 2102	IPESQUISAS TECNOLOGICAS, TESTES,	I	I I I		I I
I	IANALISES E CONTROLE DA QUALIDADE	I	I I I		I I
I	IEM PRODUTOS QUIMICOS E BIOLOGICOS	I 3120.00	I40ILI	6.000.000	I1153I
I	I	I 3131.00	I40ILI	900.000	I1153I
I	I	I 3131.00	I81ILI	100.000	I1153I
I	I	I 3132.00	I40ILI	5.000.000	I1153I
I 2103	IAPOIO AO DESENVOLVIMENTO.	I	I I I		I I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 03		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP I
2160	IPESQUISA E CONTROLE DA QUALIDADE DE PRODUTOS INDUSTRIAIS - CTI	3120.00	140ILI	1.000.000	11153I		
		3132.00	140ILI	5.000.000	11153I		
2160	IPRODUCAO DE IMUNOBIOLOGICOS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS INACIONAIS	3120.00	140ILI	18.000.000	11153I		
		3132.00	140ILI	10.000.000	11153I		
2161	IMANUTENCAO ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	3132.00	140ILI	50.000.000	11153I		
		3231.00	140ILI	9.000.000	11153I		
		3231.00	190ILI	16.000.000	11153I		
		4110.00	190ILI	55.000.000	11153I		
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO - ENTIDADES VINCULADAS						
2251	IDEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE						
2017	ISERVICOS DE IMPRENSA OFICIAL	3111.03	140ILI	5.000.000	11022I		
2253	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL - DETO						
2020	IMANUTENCAO CENTRALIZADA DA FROTA DE VEICULOS OFICIAIS	3132.00	140ILI	4.300.000	11022I		
2400	ISECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS						
2460	ISERVICO DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - SERLOPAR						
2227	IEXPLORACAO DE SERVICOS LOTERICOS	3120.00	190ILI	10.000.000	11154I		
2463	IJUNTA COMERCIAL DO PARANA - JCP						
2164	IREGISTRO DE EMPRESAS	3111.02	140ILI	350.000	11154I		
		3113.00	140ILI	4.800.000	11154I		
		3132.00	140ILI	2.000.000	11154I		
		3231.00	140ILI	1.800.000	11154I		
2800	ISECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS						
2865	IINSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANA - IITCF						
2261	IORGANIZACAO AGRARIA E PRESERVACAO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	3120.00	140ILI	5.000.000	11067I		
		3132.00	140ILI	40.000.000	11067I		
2866	IFUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA - IAPAR						
2263	IPESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PRODUTOS E RECURSOS AGROPECUARIOS	3120.00	140ILI	10.000.000	11067I		
		3120.00	182ILI	470.000	11067I		
		3132.00	140ILI	6.000.000	11067I		
		3132.00	182ILI	320.000	11067I		



SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 05		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
		DESPESA	IRI			ICOP	
2245	IACAO SOCIAL ATRAVES DE UNIDADES ICOMUNITARIAS E MUNICIPAIS	3223.02	190	ILI	10.000.000	11067	1
4600	ISECRETARIA DE ESTADO DOS ITRANSPORTES - ENTIDADES IVINCULADAS						
4689	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA						
2209	ISERVICOS DE OPERACAO E TRAFEGO	3113.00	140	ILI	100.000.000	11022	1
		3131.00	140	ILI	210.000	11022	1
		3253.00	140	ILI	315.000	11022	1
		3280.00	140	ILI	12.000.000	11022	1
T O T A L					951.015.494		

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 05		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
		DESPESA	IRI			ICOP	
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - IENTIDADES VINCULADAS						
1021	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ILONDRINA						
2089	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR I IEM LONDRINA	3120.00	140	ILI	4.458.000	11022	1
1022	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE IPONTA GROSSA						
2090	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E ISUPERIOR EM PONTA GROSSA	4120.00	181	ILI	2.000.000	11022	1

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 06		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
		DESPESA	IRI			ICOP	
1033	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO IOESTE DO PARANA - FUNIOESTE						
2101	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR INA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE IDO PARANA	3132.00	181	ILI	10.000.000	11022	1



I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 07		I	
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI N.		CRS 1,00		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I					

MENSAGEM Nº 208/90

Curitiba, 21 de novembro de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente da  
Assembléia Legislativa

Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada  
consideração dessa egrégia Assembléia Le-  
gislativa, anteprojeto de lei que aprova a  
abertura de crédito suplementar no valor  
de Cr\$ 696.675.076,00 (seiscentos e noventa  
seis milhões, seiscentos e setenta e  
cinco mil, setenta e seis cruzeiros), con-  
forme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR Cr\$ 1,00
- Centro de Convenções de Curitiba, para investimentos nas obras de construção e reformas;	20.000.000
- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, para atender despesas com o recolhimento do PASEP;	4.500.000
- Fundação Universidade Estadual de Maringá, para atender ao pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte, junto à Receita Federal;	30.000.000
- Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná-FUNIOESTE, para atender despesas com o recolhimento do PASEP;	300.000
- Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, para atender despesas de custeio da Entidade;	1.000.000
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para aquisição de "softwares" visando a regularização dos mesmos na Secretaria;	2.300.000
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES-Fundação Edison Vieira, para atender despesas com a aquisição de "softwares" para regularização dos mesmos pela Entidade;	6.108.800
- Secretaria de Estado da Administração, para atender despesas de contrato de locação do IPE, outros custeios da Secretaria e serviços de processamento de dados prestados pela CELEPAR;	110.500.000
- Departamento Estadual de Administração de Material-DEAM, para atender despesas com subvenções sociais;	300.000

- Secretaria de Estado da Fazenda, para atender despesas de custeio e subvenções sociais;	8.000.000
- Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná-IPEM/PR, para atender despesas com a manutenção da Entidade, bem como a abertura do subelemento de despesa 3231 - Subvenções Sociais;	2.220.000
- Administração Geral do Estado-Recursos sob Supervisão da SEFA, para atender despesas decorrentes do convênio SEFA/SEIC/BRDE e o recolhimento do PASEP;	366.800.000
- Companhia Paranaense de Silos e Armazéns -COPASA, para atender obrigações decorrentes do contrato de financiamento junto ao BADEP/BACEN/PRONAGRI e a integralização de capital do Estado na Companhia;	17.096.276
- Biblioteca Pública do Paraná, para atender despesas com a manutenção da Entidade;	5.500.000
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para atender despesas com a Operação Verão 90/91 no Litoral do Estado;	20.000.000
- Secretaria de Estado da Educação, para atender despesas com a manutenção da Secretaria;	52.000.000
- Secretaria de Estado da Saúde, para atender despesas com a Operação Verão 90/91 no Litoral do Estado;	3.000.000
- Secretaria de Estado da Segurança Pública, para atender despesas com a Operação Verão 90/91 no Litoral do Estado;	17.000.000
- Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, para atender despesas do Departamento Penitenciário, com reparos em equipamentos agrícolas e outros e aquisição de material de consumo sob regime de centralização no DEAM.	30.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da

Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Aprova crédito suplementar, alterando o Orçamento Geral do Estado de 1990.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 696.675.076,00 (seiscentos e noventa e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e setenta e seis cruzeiros), para atender a programação da Chefia do Poder Executivo, da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Administração, da Fazenda, da Agricultura e do Abastecimento, da Cultura, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Educação, da Saúde, da Segurança Pública e da Justiça, Trabalho e Ação Social,

conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme anexo II, desta Lei.

Art. 3º - Fica criado o subelemento de despesa 3231 - Subvenções Sociais, no orçamento próprio do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR.

Art. 4º - Em decorrência do contido no art. 1º desta lei, ficam suplementados os orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Fundação Universidade Estadual de Maringá, da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE, da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Fundação Edison Vieira, do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR, da Biblioteca Pública do Paraná e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, aprovados pela Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989, conforme anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0908	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL				
	IDA CIENCIA, TECNOLOGIA E				
	IDESENVOLVIMENTO ECONOMICO -				
	IENTIDADES VINCULADAS				
2108	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO				
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA				
	IGROSSA	3211.03	I00ILI	4.500.000	I1111I
2109	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO				
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	3211.03	I00ILI	30.000.000	I1010I
2119	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO				
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DOI				
	IPARANA	3211.03	I00ILI	300.000	I1111I
2120	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO				
	IESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DOI				
	IPARANA	3211.03	I00ILI	1.000.000	I1010I
0911	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL				
	IDO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES				
	IVINCULADAS				
1047	IINVERSOES PARA O CENTRO DE				
	ICONVENCOES DE CURITIBA	4262.00	I00ILI	20.000.000	I1111I
	I				
1500	ISECRETARIA DE ESTADO DO				
	IPLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 02		CRS 1.00	
		ANEXO AD ANTEPROJETO DE LEI					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
1502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2187	IPROGRAMACAO A CARGO DO IPARDES -	I	I I I		I	I	I
	IFUNDACAO EDISON VIEIRA	I	4311.02I00ILI	6.108.800	I1010I		
1503	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	I
2188	IMANUTENCAO DO SISTEMA ESTADUAL DEI	I	I I I		I	I	I
	IPLANEJAMENTO	I	4120.00I00ILI	2.300.000	I1010I		
2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I	I	I
	IADMINISTRACAO	I	I I I		I	I	I
2102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2008	IPROGRAMACAO A CARGO DO	I	I I I		I	I	I
	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I	I	I
	IADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM	I	3211.03I00ILI	300.000	I1010I		
2011	IAQUISICAO CENTRALIZADA DE	I	I I I		I	I	I
	IMATERIAIS - DEAM	I	3211.03I00ILI	25.000.000	I1111I		
2103	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	I
2002	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I	I
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I	I	I
	ISEAD	I	3132.00I00ILI	10.000.000	I1111I		
		I	3192.00I00ILI	550.000	I1010I		
2003	IEXECUCAO CENTRALIZADA DE	I	I I I		I	I	I
	IPROCESSAMENTO DE DADOS	I	3132.00I00ILI	100.000.000	I1010I		
2300	ISECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I I I		I	I	I
2302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2167	IPROGRAMACAO A CARGO DO INSTITUTO	I	I I I		I	I	I
	IDE PESOS E MEDIDAS DO PARANA -	I	I I I		I	I	I
	IIPEM	I	3224.02I00ILI	2.220.000	I1010I		
2303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	I
2225	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I	I
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I	I	I
	ISEFA	I	3120.00I00ILI	500.000	I1111I		
		I	3231.00I00ILI	7.500.000	I1111I		
2500	IADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I	I	I
	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	I	I I I		I	I	I
2501	IENCARGOS GERAIS DO ESTADO	I	I I I		I	I	I
2230	IPROGRAMA DE FORMACAO DO	I	I I I		I	I	I
	IPATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	I	3280.00I00ILI	340.000.000	I1111I		
2231	IATENDIMENTO A PROJETOS E	I	I I I		I	I	I
	IATIVIDADES ESPECIAIS	I	3132.00I00ILI	26.800.000	I1111I		
2700	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I	I	I
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I	I	I
2702	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
1135	IARMAZENAMENTO DA PRODUCAO	I	I I I		I	I	I
	IAGRICOLA - COPASA	I	4140.00I00ILI	17.096.276	I1111I		

SUPLEMENTACAO		A N E X O I			.FL. 03		I
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DDI	IPROCI	ICOP
2900	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I	I	I
2902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2063	IPROGRAMACAO A CARGO DA BIBLIOTECA I PUBLICA DO PARANA	I	I I I	5.500.000	I1010I		
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DO IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO IMEIO-AMBIENTE	I	I I I		I	I	I
3103	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	I
2276	ICOORDENACAO DA OPERACAO VERA0	I	I I I	20.000.000	I1128I		
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I	I	I
3303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	I
2124	IMANUTENCAO DA DIRETORIA GERAL E ISERVICOS ADMINISTRATIVOS - SEED	I	I I I	52.000.000	I1111I		
3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	I	I I I		I	I	I
3902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
2023	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO ICAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR	I	I I I	3.000.000	I1128I		
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA I PUBLICA	I	I I I		I	I	I
4104	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I I I		I	I	I
2035	ICOORDENACAO E EXECUCAO DO IPOLICIAMENTO CIVIL	I	I I I	2.000.000	I1128I		
4106	IINSTITUTO MEDICO-LEGAL	I	I I I	2.500.000	I1128I		
2037	IPERICIAS MEDICO-LEGAIS	I	I I I	500.000	I1128I		
4111	ICOMANDO DO POLICIAMENTO DO IINTERIOR	I	I I I	500.000	I1128I		
2043	IPOLICIAMENTO OSTENSIVO NO IINTERIOR DO ESTADO	I	I I I	10.500.000	I1128I		
4300	ISECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, ITRABALHO E ACAA SOCIAL	I	I I I	1.000.000	I1128I		
4304	IDEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO IESTADO	I	I I I		I	I	I
2139	ISUPERVISAO DO COMPLEXO IPENITENCIARIO	I	I I I	2.500.000	I1010I		
2198	IMANUTENCAO DA COLONIA PENAL IAGRICOLA	I	I I I	2.500.000	I1010I		
T O T A L				696.675.076	I		

Pag. 14

CANCELAMENTO		A N E X O I I			FL. 04	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00	
-----						
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCIICOP
-----						
2500	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	I I I	I I I		I	I
2501	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	I I I	I I I		I	I
2234	ENCARGOS GERAIS DA DIVIDA PUBLICA INTERNA	I 3266.00 I 00 I	I I I	300.000.000	I 1128 I	I
		I 3267.00 I 00 I	I I I	300.000.000	I 1128 I	I
		I 4351.00 I 00 I	I I I	96.675.076	I 1128 I	I
-----						
TOTAL				696.675.076	I	
-----						

SUPLEMENTACAO		ANEXO I I I			FL. 05		I	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP	I
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I	I
1022	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	I	I	I	I	I	I	I
2090	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	I	3280.00	I00	IL	4.500.000	I1111	I
1023	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	I	I	I	I	I	I	I
2091	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR EM MARINGA	I	3132.00	I00	IL	30.000.000	I1010	I
1033	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - FUNIOESTE	I	I	I	I	I	I	I
2101	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	I	3280.00	I00	IL	300.000	I1111	I
1034	IFUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DO PARANA	I	I	I	I	I	I	I
2087	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR DE MUSICA E BELAS ARTES	I	3132.00	I00	IL	1.000.000	I1010	I
1600	ISECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I	I
1640	IINSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - IPARDES - FUNDACAO EDISON VIEIRA	I	I	I	I	I	I	I
2190	IGERENCIA ADMINISTRATIVA DO IPARDES	I	4120.00	I00	IL	6.108.800	I1010	I
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I	I

SUPLEMENTACAO		ANEXO III			FL. 06	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00	
ICOD1001	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
2252	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE					
	ADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM					
2018	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE					
	ADMINISTRACAO DE MATERIAL	3231.00	100ILI	300.000	11010I	
2019	AQUISICAO CENTRALIZADA DE					
	MATERIAIS - DEAM	3120.00	100ILI	25.000.000	11111I	
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA -					
	ENTIDADES VINCULADAS					
2462	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO					
	ESTADO DO PARANA - IPEM/PR					
2163	FISCALIZACAO E ORIENTACAO					
	METROLOGICA	3120.00	100ILI	1.400.000	11111I	
		3132.00	100ILI	600.000	11111I	
		3231.00	100ILI	200.000	11010I	
		3280.00	100ILI	20.000	11010I	
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -					
	ENTIDADES VINCULADAS					
3070	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA					
2065	MANUTENCAO DA BIBLIOTECA PUBLICA					
	DO PARANA	3120.00	100ILI	500.000	11010I	
		3132.00	100ILI	5.000.000	11010I	
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE -					
	ENTIDADES VINCULADAS					
4085	FUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA					
	I- FCMR					
2027	ADMINISTRACAO E OPERACAO DE					
	SERVICOS - FCMR	3120.00	100ILI	768.000	11128I	
		3132.00	100ILI	2.232.000	11128I	
		TOTAL			77.928.800	

- A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 21 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 1.308.694.643,00 (um bilhão, trezentos e oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros), alocados em Órgãos da Administração Direta e Indireta, conforme detalhamento a seguir:

ÓRGÃOS/FINALIDADE VALOR CR\$ 1,00

CHEFIA DO PODER EXECUTIVO

- Centro de Convenções de Curitiba S/A.

Recursos para obras de construção e reformas que se encontram em fase de acabamento;

4.100.000

- Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

- Atender despesas com vale-refeição nos meses de setembro a dezembro e custeio pedagógico e administrativo da Faculdade;

2.600.000

- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuva.

- Atender despesas com material de expediente, água, luz, telefone e PASEP;

6.456.000

- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.

- Atender despesas com água, luz, telefone, xerox, vale-refeição para os funcionários da Faculdade e PASEP;

7.056.000

- Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE.

- Atender despesas com material de expediente, água, luz, telefone, xerox e subvenção social para a Associação dos Funcionários da Universidade;

12.300.000

- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

- Atender despesas com luz, água, telefone, xerox, con-

tratos de limpeza e higiene, guarda e vigilância;

5.785.738

- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

- Atender despesas com luz, água, telefone e xerox;

1.800.000

- Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM.

- Atender despesas com material de expediente, água, luz, telefone e xerox;

2.778.440

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

-Atender despesas com vale-refeição e auxílio creche aos funcionários do Órgão;

214.463

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira.

- Atender despesas com telefone, xerox e subvenção social para Associação dos funcionários da entidade, que se destina ao vale-refeição e auxílio creche;

5.082.000

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

- Administração Direta.  
- Atender despesas com vale-refeição e auxílio creche;

15.600.000

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

- Administração Direta.  
- Atender despesas com material de expediente e custeio operacional das unidades do Órgão;

3.000.000

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- Administração Direta.  
- Para cumprimento do art.3° da Lei n° 7194/89, que se destina 10% da receita do FUNRESPOL para reparos em viaturas policiais e aquisições de peças, bem como suprir com recursos a Escola de Polícia Civil para a manutenção de cursos de especialização e aperfeiçoamento



da Polícia Civil;

28.792.285

tado, para os órgãos da Administração Direta e Indireta.

- Departamento de Trânsito -  
DETRAN.

- Atender despesas de contrato com o CELEPAR, referente ao processamento de dados;

13.129.717

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

- Administração Direta.

- Atender despesas com pagamento de juros da dívida pública interna:

1.200.000,000

TOTAL: 1.308.694.643

Esclareço que os recursos para a cobertura do referido crédito são decorrentes de remanejamento de dotações orçamentárias dos próprios órgãos e entidades citadas, tendo como objetivo executar as ações programadas pela Administração Pública Estadual.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões de estima e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprovação de créditos suplementares, alterando Orçamento Geral do Es-

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Ficam aprovados créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 1.308.694.643,00 (um bilhão, trezentos e oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros), conforme detalhamento no anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura dos Créditos de que trata o art. 1º, igual importância proveniente do cancelamento de dotações, de acordo com o anexo II desta lei.

Art. 3º - Fica criado o subelemento de despesa 3.2.3.1. Subvenções Sociais, no Orçamento Próprio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos arts. 1º e 2º desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios das Fundações e Autarquias, aprovados pela Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989, conforme anexos III e IV desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
0908	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I I
	IDA CIENCIA, TECNOLOGIA E	I	I I I		I I
	IDENVELOVIMENTO ECONOMICO -	I	I I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2108	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA	I	I I I		I I
	IGROSSA	I	3211.03100ILI	5.754.600	I1075I
2110	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I		I I
	ICIENCIAS E LETRAS DE GUARAPUAVA	I	3211.03100ILI	6.456.000	I1227I
2111	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I		I I
	ICIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO	I	I I I		I I
	IPROCOPIO	I	3211.03100ILI	7.056.000	I1227I
2113	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I		I I
	ICIENCIAS E LETRAS DE PARANAGUA	I	3211.03100ILI	1.800.000	I1105I
2115	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I I I		I I
	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	3211.03100ILI	2.600.000	I1105I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 02		I	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN.DDI IPROCI ICOP		
2118	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I	I	
	IFACULDADE DE CIENCIAS E LETRAS DE	I	I I I		I	I	
	ICAMPO MOURAO	I 3211.03	I00ILI	2.778.440	I1075	I	
2119	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I	I	
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO	I	I I I		I	I	
	IPARANA	I 3211.03	I00ILI	12.300.000	I1075	I	
0911	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I	I	
	IDO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES	I	I I I		I	I	
	IVINCULADAS	I	I I I		I	I	
1047	IINVERSOES PARA O CENTRO DE	I	I I I		I	I	
	ICONVENCOES DE CURITIBA	I 4262.00	I00ILI	4.100.000	I1105	I	
	I	I	I I I		I	I	
1300	I PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
1301	I PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I	I	
2049	IMANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL	I	I I I		I	I	
	IDO ESTADO	I 3231.00	I00ILI	214.463	I1105	I	
1500	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I	
	IRLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
1502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
2187	IPROGRAMACAO A CARGO DO IPARDES -	I	I I I		I	I	
	IFUNDACAO EDISON VIEIRA	I 3211.03	I00ILI	3.440.000	I1127	I	
	I	I	I I I		I	I	
2500	IADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I	I	
	IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
2501	IENCARGOS GERAIS DO ESTADO	I	I I I		I	I	
2234	IENCARGOS GERAIS DA DIVIDA PUBLICA	I	I I I		I	I	
	IINTERNA	I 3261.00	I00ILI	637.558.700	I1227	I	
	I	I 3261.00	I01ILI	562.441.300	I1227	I	
	I	I	I I I		I	I	
2700	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I	I	
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
2703	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	
2248	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I	
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I	I	
	ISEAB	I 3231.00	I00ILI	15.600.000	I1105	I	
	I	I	I I I		I	I	
2900	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
2903	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I	
2051	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I	
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I	I	
	ISEEC	I 3120.00	I00ILI	3.000.000	I1069	I	
	I	I	I I I		I	I	
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I I		I	I	
	IPUBLICA	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
4104	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I I I		I	I	
1009	IFUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO	I	I I I		I	I	
	IPOLICIAL - FUNRESPOL	I 3120.00	I29ILI	16.000.000	I1127	I	
	I	I 3132.00	I29ILI	10.912.940	I1127	I	

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 03	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL FTDI IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
4108	IESCOLA DE POLICIA	I	I I I		I I
2039	ITREINAMENTO DO PESSOAL DA POLICIA	I	I I I		I I
	ICIVIL	I	3132.00 I 00 I LI	1.879.345	I 1069 I
T O T A L				I 1293.891.788	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 03	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL FTDI IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
0907	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I I
	IDA CIENCIA, TECNOLOGIA E	I	I I I		I I
	IDESENVOLVIMENTO ECONOMICO	I	I I I		I I
2083	IMANUTENCAO DO GABINETE DO	I	I I I		I I
	ISECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA,	I	I I I		I I
	ITECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I I
	IECONOMICO	I	4130.00 I 00 I LI	6.794.000	I 1227 I
		I	4323.00 I 00 I LI	465.000	I 1227 I
2086	IADMINISTRACAO DO CONSELHO	I	I I I		I I
	IESTADUAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA	I	I I I		I I
	I- CONCITEC	I	4130.00 I 00 I LI	764.000	I 1227 I
0908	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I I
	IDA CIENCIA, TECNOLOGIA E	I	I I I		I I
	IDESENVOLVIMENTO ECONOMICO -	I	I I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2108	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA	I	I I I		I I
	IGROSSA	I	3211.02 I 00 I LI	10.100	I 1075 I
		I	4311.02 I 00 I LI	5.744.500	I 1075 I
2111	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I		I I
	ICIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO	I	I I I		I I
	I PROCOPIO	I	4311.02 I 00 I LI	5.489.000	I 1227 I
2113	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I		I I
	ICIENCIAS E LETRAS DE PARANAGUA	I	4311.02 I 00 I LI	1.800.000	I 1105 I
2115	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I I I		I I
	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	4311.02 I 00 I LI	2.600.000	I 1105 I
2118	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IFACULDADE DE CIENCIAS E LETRAS DEI	I	I I I		I I
	ICAMPO MOURAO	I	4311.02 I 00 I LI	2.778.440	I 1075 I
2119	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DOI	I	I I I		I I
	IPARANA	I	4311.02 I 00 I LI	12.300.000	I 1075 I
0911	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I I
	IDO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES	I	I I I		I I

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL. 04		CRS 1,00	
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
	IVINCULADAS						
2213	IPROGRAMACAO PARA O						
	IOSENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO						
	IPARANA - FESTUR	3211.03	100ILI	4.100.000	111051		
1300	I PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
1301	I PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
2049	IMANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL						
	IDO ESTADO	3131.00	100ILI	62.589	111051		
		3192.00	100ILI	11.160	111051		
		4120.00	100ILI	18.576	111051		
2104	IMANUTENCAO DA DEFENSORIA PUBLICA	3131.00	100ILI	99.393	111051		
		3192.00	100ILI	2.790	111051		
		4120.00	100ILI	19.955	111051		
1500	ISECRETARIA DE ESTADO DO						
	IPLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL						
1502	IGABINETE DO SECRETARIO -						
	IENTIDADES VINCULADAS						
2187	IPROGRAMACAO A CARGO DO IPARDES -	4311.02	100ILI	3.440.000	111271		
	IFUNDACAO EDISON VIEIRA						
2500	IADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -						
	IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
2501	IENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
2235	IENCARGOS GERAIS DA DIVIDA PUBLICA	3271.00	100ILI	637.558.700	112271		
	IEXTERNA	3271.00	101ILI	562.441.300	112271		
2700	ISECRETARIA DE ESTADO DA						
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
2701	IGABINETE DO SECRETARIO						
2247	I APOIO A EVENTOS E PROGRAMAS						
	IESPECIAIS DE PRODUCAO AGRO	3132.00	100ILI	15.600.000	111051		
	IPECUARIA						
2900	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA						
2903	IDIRETORIA GERAL						
2051	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA						
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	3132.00	100ILI	3.000.000	110691		
	ISEEC						
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA						
	IPUBLICA						
4104	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL						
1009	IFUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO	4130.00	129ILI	26.912.940	111271		
	IPOLICIAL - FUNRESPOL						
4108	IESCOLA DE POLICIA						

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 05	
I ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI				CRS 1,00	
I ICODIGO	I ESPECIFICACAO	I INATUREZA	I ILI	I VALOR	I IN.DOI
I I	I	I DA	I IFTIDI	I	I PROCI
I I	I	I DESPESA	I IRI	I	I COP I
I 2039	I TREINAMENTO DO PESSOAL DA POLICIA	I I I I	I I I	I	I I
I I	I CIVIL	I 3259.00	I 00 I I	I 1.879.345	I 1069 I
		T O T A L		I 1293.891.788	I

SUPLEMENTACAO		ANEXO III		FL. 06
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI				CRS 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -			
	IENTIDADES VINCULADAS			
1022	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE			
	IPONTA GROSSA			
2090	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E			
	ISUPERIOR EM PONTA GROSSA	3132.00	100ILI	5.785.738
1024	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE			
	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE			
	IGUARAPUAVA			
2092	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR			
	IEM GUARAPUAVA	3120.00	100ILI	2.000.000
		3132.00	100ILI	3.956.000
		3280.00	100ILI	500.000
1025	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE			
	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE			
	ICORNELIO PROCOPIO			
2093	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E			
	ISUPERIOR EM CORNELIO PROCOPIO	3131.00	100ILI	200.000
		3132.00	100ILI	4.367.000
		3231.00	100ILI	2.000.000
		3280.00	100ILI	489.000
1027	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE			
	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE			
	IPARANAGUA			
2095	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR			
	IEM PARANAGUA	3132.00	100ILI	1.800.000
1029	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE			
	ICIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA			
2097	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR			
	IEM APUCARANA	3132.00	100ILI	2.000.000
		3231.00	100ILI	600.000
1032	IFUNDACAO FACULDADE DE CIENCIAS E			
	ILETRAS DE CAMPO MOURAO -			
	IFACILCAM			
2100	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E			
	ISUPERIOR EM CAMPO MOURAO	3120.00	100ILI	1.778.440
		3132.00	100ILI	1.000.000

SUPLEMENTACAO		ANEXO III			FL. 07	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
1033	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - FUNIOESTE					
2101	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR INA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	3120.00	100ILI	2.300.000	110751	
		3132.00	100ILI	5.000.000	110751	
		3231.00	100ILI	5.000.000	110751	
1600	ISECRETARIA DE ESTADO DO IPLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL 1- ENTIDADES VINCULADAS					
1640	IINSTITUTO PARANAENSE DE IDESENVOLVIMENTO ECONOMICO E ISOCIAL - IPARDES - FUNDACAO IEDISON VIEIRA					
2190	IGERENCIA ADMINISTRATIVA DO IIPARDES	3132.00	100ILI	2.402.000	111271	
		3231.00	100ILI	2.680.000	111271	
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS					
4286	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRANI					
2048	ICOORDENACAO E CONTROLE DO TRAFEGO IURBANO	3132.00	100ILI	13.129.717	110691	
TOTAL				56.987.895		

CANCELAMENTO		ANEXO IV			FL. 08	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - IENTIDADES VINCULADAS					
1020	IFUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO - IFESTUR					
2212	IAP010 AO DESENVOLVIMENTO DO IESPORTE AMADOR E COMPETICOES IESPORTIVAS	3120.00	100ILI	4.100.000	111051	
1022	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE IPONTA GROSSA					
2090	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E ISUPERIOR EM PONTA GROSSA	3192.00	100ILI	30.938	110751	
		3254.00	100ILI	100	110751	
		3259.00	100ILI	100	110751	
		3262.00	100ILI	10.000	110751	
		3267.00	100ILI	100	110751	
		4120.00	100ILI	5.744.400	110751	

CANCELAMENTO		ANEXO I V		FL. 09	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
		4261.00	100ILI	100	110751
1025	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE		I I I		I I
	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE		I I I		I I
	ICORNELIO PROCOPIO		I I I		I I
1084	IEDIFICACOES PARA A FUNDACAO		I I I		I I
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,		I I I		I I
	ICIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO		I I I		I I
	IPROCOPIO	4110.00	100ILI	4.689.000	112271
2093	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E		I I I		I I
	ISUPERIOR EM CORNELIO PROCOPIO	4120.00	100ILI	800.000	112271
1027	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE		I I I		I I
	IFILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE		I I I		I I
	IPARANAGUA		I I I		I I
2095	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR		I I I		I I
	IEM PARANAGUA	4110.00	100ILI	1.800.000	111051
1029	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE		I I I		I I
	ICIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA		I I I		I I
1087	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI		I I I		I I
	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE		I I I		I I
	ICIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA	4110.00	100ILI	2.600.000	111051
1032	IFUNDACAO FACULDADE DE CIENCIAS E		I I I		I I
	ILETRAS DE CAMPO MOURAO -		I I I		I I
	IFACILCAM		I I I		I I
2100	IADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E		I I I		I I
	ISUPERIOR EM CAMPO MOURAO	4110.00	100ILI	2.778.440	110751
1033	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO		I I I		I I
	IOESTE DO PARANA - FUNIOESTE		I I I		I I
1090	IEDIFICACOES PARA A UNIVERSIDADE		I I I		I I
	IESTADUAL DO OESTE DO PARANA	4110.00	100ILI	4.000.000	110751
2101	IADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR		I I I		I I
	INA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE		I I I		I I
	IDC PARANA	4120.00	100ILI	8.000.000	110751
		4192.00	100ILI	300.000	110751
			I I I		I I
1600	ISECRETARIA DE ESTADO DO		I I I		I I
	IPLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL		I I I		I I
	I- ENTIDADES VINCULADAS		I I I		I I
			I I I		I I
1640	IINSTITUTO PARANAENSE DE		I I I		I I
	IDESENVOLVIMENTO ECONOMICO E		I I I		I I
	ISOCIAL - IPARDES - FUNDACAO		I I I		I I
	IEDISON VIEIRA		I I I		I I
1082	ICONSTRUCAO DA SEDE PROPRIA	4110.00	100ILI	1.860.000	111271
2190	IGERENCIA ADMINISTRATIVA DO		I I I		I I
	IIPARDES	3131.00	100ILI	20.000	111271
		3192.00	100ILI	20.000	111271
		3280.00	100ILI	900.000	111271
		4120.00	100ILI	231.000	111271
2191	IMANUTENCAO DOS SISTEMAS DE		I I I		I I
	IINFORMACOES ESTATISTICAS	3131.00	100ILI	49.000	111271
		4120.00	100ILI	364.000	111271
2192	IESTUDOS E PESQUISAS		I I I		I I
	ISOCIO-ECONOMICAS	3131.00	100ILI	237.000	111271
		4120.00	100ILI	69.000	111271

I 2193	ITREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	I	I	I	I	I	I	I	I
I	IPARA O SETOR PUBLICO	I	3131.00	I00ILI		161.000	I1127I		
I	I	I	3259.00	I00ILI		255.000	I1127I		
I	I	I	4120.00	I00ILI		916.000	I1127I		
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
I 4200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCAI	I	I	I	I	I	I	I	I
I	IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
I 4286	IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRANI	I	I	I	I	I	I	I	I
I 2048	ICORDENACAO E CONTROLE DO TRAFEGO I	I	I	I	I	I	I	I	I
I	IURBANO	I	3120.00	I00ILI		11.141.304	I1069I		
I	I	I	3192.00	I00ILI		120.430	I1069I		
I	I	I	3231.00	I00ILI		1.432.487	I1069I		
I	I	I	3259.00	I00ILI		100.110	I1069I		
I	I	I	3280.00	I00ILI		335.386	I1069I		
*-----*									
T O T A L						I	53.064.895	I	
*-----*									

- A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS:

I Sob o n° ATG/2404/90, do Senhor Governador do Estado, encaminhando a fim de substituição na Mensagem n° 201/90, de 19 de novembro de 1990, as tabelas de valores do IPVA, por apresentarem incorreções. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 341/90, do Senhor Desembargador Abrahão Miguel - Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando que seja suprimido do Projeto de Lei que modifica dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias, parte do art. 16 (do projeto), referentemente ao art. 71, parágrafo 2° e art. 82 e parágrafo 2° (do atual C.O.D.J.). Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 580/90, que estabelece normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência e Comissão Geral ao Projeto de Resolução n° 168/90.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO N° 2662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n° 565/90, que altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 569/90.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 035 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido



o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 570/90, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba - FAFIPA, com sede e foro na cidade de Paranaíba CCJ 19/11/90.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 2650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação do parecer ao Projeto de Lei n° 537/90 que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 585/90, aprova Crédito Suplementar, alterando o Orçamento Geral do Estado de 1990.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO N° 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 584/90, aprovação de créditos suplementares, alterando Orçamento Geral do Estado, para os Órgãos da Administração Direta e Indireta.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO N° 2654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 586/90, aprova créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO 2659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para a apreciação do Projeto de Lei n° 580/90.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 588/90.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 2661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado requerimento ao Governador do Estado, solicitando a realização de serviços imediatos de conservação e melhoramento do revestimento primário da Estrada da Ribeira (BR 476) no trecho Bocaiuva do Sul e Adrianópolis, na divisa paulista.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoiamento: Luciano Pizzatto, Algaci Túlio, Neivo Beraldin e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão corta a parte do Vale da Ribeira, sendo estratégica para a circulação de bens e pessoas de toda a região, mas seu programa de conservação ficou afetado pelas dificuldades de recursos e pelo fato de, embora seja uma estrada originariamente federal, estar em processo de delegação ao Governo do Estado. O trecho apontado é de revestimento primário, que está se deteriorando devido às chuvas, praticamente impossibilitando o tráfego normal de veículos.

Em reunião preliminar realizada com o

Senhor Diretor Geral do DER, os representantes da comunidade da Ribeira, mais o Prefeito de Bocaiuva do Sul, se dispuseram a trabalhar em regime de mutirão para a recuperação da obra, repetindo procedimento já realizado por ocasião das enchentes de 1983/1984. Só depende de autorização da Chefia do Poder Executivo para que o Departamento de Estradas de Rodagem se integre a esse esforço, que consideramos fundamental dada a responsabilidade do povo e Governo do Paraná de atenderem situações emergenciais ocorridas em seu território.

#### REQUERIMENTO N° 2644

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Professor José Lutzemburger, Secretário Nacional do Meio Ambiente, para que visite com urgência a Reserva Indígena de Manguueirinha, neste Estado.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo Ofício n° 386/90 (20-11-90) da Câmara Municipal de Pato Branco, sobre denúncias graves quanto ao devastamento na Reserva Indígena de Manguueirinha, há necessidade premente da visita do Senhor Secretário Nacional do Meio Ambiente e determinar medidas saneadoras ao IBAMA.

Ofício n° 386/90

Pato Branco, 20 de novembro de 1990.

Senhor Deputado.

A Câmara Municipal de Pato Branco, atendendo proposição do Vereador Nereu Faustino Ceni, na sessão ordinária realizada dia 19 de novembro próximo passado, vem através do presente, solicitar para que convide em nome da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa, o Professor José Lutzemburger, Secretário Nacional do Meio Ambiente, para visitar a Reserva Indígena no município de Manguueirinha.

Contando com sua habitual atenção ao exposto, renovamos protestos de estima e apreço.

Cordialmente,

(a) DANIEL CATTANI  
Presidente

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 588/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Nas Leis n°s 6.639, de 05 de dezembro de 1974 e 7.771, de 14 de dezembro de 1983 e em seus efeitos, substitua-se o termo "aposentadoria" por "aposentadoria e pensão".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) NELSON VASCONCELLOS, ACTR MEZZADRI, EZEQUIAS LOSSO, JOSÉ AFONSO JÚNIOR, SABINO CAMPOS, BASÍLIO ZANUSSO, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, RAUL LOPES, DAVID CHERIEGATE, ERONDY SILVÉRIO, JOKO ARRUDA, ARTAGRO MATOS LEÃO, IRONDI PUGLIESI, NEREU CARLOS MASSIGNAN, ORLANDO PESSUTI e HOMERO OGUIDO.

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente plano de Lei é corrigir tecnicamente o termo utilizado nas Leis 6639/74 e 7771/83, visto estas estarem passando por modificações em suas estruturas.

A alteração para "pensão", fica ainda em consonância com a legislação, pertinente à matéria, ora em vigor no Congresso Nacional e demais Assembléias Legislativas.

Este Poder, não poderia adotar outro procedimento, senão adequar a nomenclatura nas leis supra citadas, dirimindo daí, quaisquer dúvidas oriundas da interpretação das mesmas.

Contamos com a aprovação dos Senhores Deputados para a normal tramitação do presente nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N° 589/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Acrescente-se, entre os artigos da Lei n° 7297/80, enumerados no artigo 16, a expressão "...76...", inserindo-se, no corpo desse dispositivo, onde couber, o seguinte:

"Art. 76 - . . . .

§ 3° - . . . .

II - Os Juizes de Direito de Entrância Final auferem 95% (noventa e cinco por cento) dos vencimentos dos Juizes do Tribunal de Alçada.

III - A seguir, a diferença de vencimentos dos Juizes de Direito, de uma para outra entrância, é de 5% (cinco por cento)".

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: João Arruda, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão e Caíto Quintana.

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado, promulgada em 5 de outubro de 1989, determina o seguinte:

"Art. 96 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira da magistratura, observados os seguintes princípios:

VII - vencimentos fixados com diferença de cinco por cento de uma para outra entrância, não podendo os mesmos, a título nenhum, exceder os de Ministro do Supremo Tribunal Federal;"

Embora tenha sido argüida a inconstitucionalidade desse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal rejeitou o pedido de liminar, nada impedindo que se obedeça o disposto na Carta Estadual.

PROJETO DE LEI N° 590/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado de utilidade pública o "Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco", com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O "Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco" é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é interceder pela segurança da comunidade local.

O Conselho é constituído por representantes de todas as Associações de Classe, Assistenciais, Clubes de Serviços e de Bairros, e demais pessoas jurídicas e físicas, interessadas em colaborar na solução de problemas da comunidade relacionados com a Segurança Pública.

Considerando o exposto, temos certeza de que nossos nobres Pares, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 591/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada como zona de proteção especial, observadas as demais normas de controle e disposições vigentes, a pesca em Guaratuba, na área irregular dentro das seguintes delimitações:

"Saindo do Farol de Caiobá em linha reta até a ponta denominada Cêrro do Cristo, seguindo pela linha da praia-mar, ao lado da baía até a barra do Rio Boguaçu, seguindo deste ponto em linha reta até o canal da Ilha da Sepultura à Ilha do Capinzal, e daí, segue pela margem desta ilha até a Barra do Rio Fundo, até a margem oposta denominada Morro do Feijão, seguindo deste ponto até a citada elevação, de onde, parte pela costa, na linha da praia-mar, até o ponto inicial, no Farol de Caiobá".

Art. 2° - Na zona acima descrita, não será permitido o uso de equipamentos para a pesca predatória tais como: redes de qualquer tipo, modilhas ou aparelhos primitivos, permitindo-se a pesca amadora ou profissional somente através do uso de equipamentos individuais, tais como: varas, caniços, linhas de mão ou corricos.

Art. 3° - Caberá ao I.T.C.F. - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas a fiscalização destas normas, aplicando-se aos infratores, a critério da autoridade fiscalizadora, as seguintes penalidades:

- a) - notificação para regularização;
- b) - apreensão do material de pesca;
- c) - multa.

Art. 4° - A presente lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A Baía de Guaratuba caracteriza-se por ser um reduto importante no que se refere a vida marinha. A Baía e os manguezais junto dela são vitais para a reprodução e o crescimento de várias espécies de peixes e animais.

A pesca indiscriminada com equipamentos predatórios, desequilibra o referido meio ambiente e, dentro de pouco tempo prejudica a própria vida da comunidade que ali mora e depende da pesca para sobreviver.

A proteção desta área através da legislação, traz uma proposta de conservação ambiental, bem como a sustentação econômica-social da microrregião de Guaratuba, visto que inúmeras atividades, da pesca ao turismo, são ali desenvolvidas.

PROJETO DE LEI N° 592/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A instalação e o uso de equipamentos sonoros, intermitentes ou contínuos, de proteção ao patrimônio e de prevenção de furtos e roubos ficam sujeitas as normas contidas nesta lei.

Art. 2° - Não será permitida a instalação e o uso dos equipamentos citados no artigo anterior, que possuam uma frequência máxima acima de 75 decibéis e que não possuam temporizador de desligamento automático de no máximo 05 (cinco) minutos após o disparo.

Art. 3° - Os equipamentos que não possuam temporizador de desligamento automático, deverão ser desligados pelo próprio proprietário dentro do prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sob pena de não o fazendo, ficar sujeito, além das sanções pela perturbação da paz e da ordem, as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - apreensão do equipamento.

Art. 4º - Decorridos os 30 (trinta) minutos desde o disparo do equipamento, sem que seja desligado automaticamente ou pelo proprietário ou responsável, caberá a autoridade policial fazê-lo, na presença de no mínimo duas testemunhas, lavrando o auto de ocorrência.

§ 1º - em se tratando de bem imóvel, será o mesmo lacrado e colocado aviso de que o lacre somente poderá ser rompido depois de comunicada a autoridade policial competente.

§ 2º - em se tratando de bem móvel, deverá o mesmo ser recolhido a local próprio, onde ficará a disposição do proprietário observadas as disposições da legislação vigente, e mediante o pagamento das despesas decorrentes da remoção.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### JUSTIFICATIVA:

É dever de todos preservar a qualidade de vida. Para tanto, devemos, tanto quanto possível, adequar as condições de vida ao bem estar do homem em seu meio ambiente.

A vida moderna nos oferece uma gama muito grande de alternativas, que se de um lado, podem nos trazer certo conforto e segurança, de outro podem e tem comprometido seriamente a nossa qualidade de vida.

A ciência e a tecnologia modernas, nos colocam as disposições dentre muitos aparelhos e equipamentos, aqueles destinados à proteção do patrimônio e de prevenção de furtos e roubos.

Instalados em residências, escritórios, pontos comerciais e industriais e, em veículos, alguns destes aparelhos inibem a tentativa de furto, roubo, arrombamento e invasão, através de um simples sinal sonoro.

Acontece que este simples sinal sonoro, contínuo ou intermitente, quando acionado por muito tempo coloca os habitantes circundantes, que ficam expostos aos mesmos, em situação muito difícil, não só pelo incômodo natural que agride sua natureza física, mas também e principalmente pela falta de autorização de quem quer que seja para promover o desligamento do equipamento.

Quando chamadas a intervir, as autoridades não têm tomado providência alguma para se eximir de eventuais responsabilidades, sendo que o objetivo para o qual o equipamento é instalado, depois de cumprir o seu papel, se transforma em verdadeiro instrumento de perturbação da ordem e da paz pública, razão pela qual, pretende-se

através da presente medida, regulamentar esta situação para podermos devolver aos cidadãos que residem no Paraná, mesmo depois de um incidente desta natureza a paz que todos merecem e que deve ser preservada.

Acreditamos que a diminuição ou a limitação dos decibéis dos sons emitidos por estes aparelhos e a autorização para desligá-los de acordo com previsto no projeto, haverá de contribuir decisivamente para a preservação da qualidade de vida.

#### PROJETO DE LEI Nº 593/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Os Proprietários Rurais que possuam áreas de terras com pastagens estão obrigados a partir da publicação desta lei, a construir cercas de arame, ao longo das divisas das propriedades com as Rodovias Federais, Estaduais e Vicinais no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - As cercas de arame construídas de acordo com este artigo, deverão obrigatoriamente ter no mínimo 1,60 mts. (um metro e sessenta centímetros) de altura, livre do chão, e no mínimo 06 (seis) fios de arame divididos proporcionalmente, e colocados nos palanques com um espaço mínimo de 23 cm (vinte e três centímetros).

Art. 2º - Ficam os proprietários rurais, donos dos animais que provocarem os acidentes nas pistas, responsabilizados pelos danos que os mesmos vierem a causar nas Rodovias Federais, Estaduais e Vicinais do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os animais pertencentes aos proprietários de áreas de pastagens ou agrícola, encontrados soltos nas pistas, serão apreendidos, e os donos estarão sujeitos a uma multa mínima, no valor de 250 (duzentas e cinquenta) BTN's.

Art. 3º - Em caso de acidentes provocados por animais soltos nas pistas das Rodovias Federais, Estaduais e Vicinais do Estado do Paraná, seus donos ou proprietários, estarão sujeitos a indenizações de ordens físicas, materiais e hospitalares de acordo com decisão judiciária, além da multa constante do parágrafo único contido no artigo segundo desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Nobres Parlamentares com assento neste Poder Legislativo. O que se vê nas pistas das Rodovias Federais, Estaduais e Vicinais não somente do Estado do Paraná, mas em todas as rodovias

brasileiras, é lamentável e mostra a irresponsabilidade de alguns proprietários rurais com áreas de pastagens, que não cercam suas propriedades ao longo das divisas com as rodovias, não prendem seus animais, deixando-os soltos e transitando livremente no meio das pistas destas rodovias, sem medir as consequências e os prejuízos deste ato.

É incalculável o número de acidentes que já ocorreram e ainda ocorrem nas rodovias brasileiras com vítimas fatais, e prejuízos de grande monta causados por animais soltos nas pistas.

O projeto que estamos apresentando, não tem a mínima intenção de penalizar ainda mais o nosso já sofrido agropecuarista, e sim procurar evitar por força da Lei, que ele tenha prejuízos maiores com a morte e a perda de seus animais, e também evitar que mais vidas humanas sejam ceifadas em acidentes rodoviários desta natureza e que podem ser evitados, desde que as propriedades que possuem pastagens estejam devidamente cercadas ao longo das divisas com as estradas.

Não são poucos os acidentes de grande monta e com vítimas fatais, ocorridos nas estradas por causa de animais soltos nas pistas. Os noticiários dos jornais, do rádio e da televisão nos têm mostrado verdadeiras tragédias acontecidas nas estradas com ônibus, caminhões de transportes e carros de passageiros, acontecidos não somente nas rodovias de nosso Estado, mas de todo o Brasil, ceifando em muitos casos as vidas de famílias inteiras. Vamos evitar que novas vidas sejam ceifadas e mais prejuízos sejam causados, pelo menos nas rodovias de nosso Estado, e, assim darmos exemplo ao resto do País, já que não podemos interferir também nos outros Estados da Federação.

Nós, os Parlamentares com assento neste Poder Legislativo, e que viajamos constantemente pelas rodovias deste nosso querido Estado do Paraná, também estamos sujeitos a qualquer momento sofrermos um acidente desta natureza.

Desta forma, pedimos aos Nobres Parlamentares, o apoio na aprovação deste nosso Projeto de Lei, pois temos a certeza de que ele será de grande benefício para a nossa população, e principalmente para aqueles que passam a maior parte de suas vidas rodando pelas estradas de nosso Estado, para assim ganhar o sustento seu e de suas famílias, que muitas vezes ficam aflitas com a demora de seu retorno.

PROJETO DE LEI N° 594/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica alterada a redação do

Art. 1°, da Lei n° 9.318, de 12/07/90, que passa a ser a seguinte:

"Art. 2° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Isabel do Ivaí, com as seguintes divisas:

Inicia na foz do Ribeirão Tamanduateí, no Rio Ivaí. Do Ponto inicial, sobe pelo Ribeirão Tamanduateí até o ramal 23, por este até a confluência com o ramal 24, por este até a confluência com o ramal 27, por este até o entroncamento com o ramal 26 ou Estrada Banhado, por este até o entroncamento com o ramal 33, segue por este até o seu final, deste ponto em linha reta e seca até o Rio Ivaí, desce por este até a Foz do Ribeirão Tamanduateí, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente projeto de lei prende-se ao fato de a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE ter enviado a este Poder o ofício DPE/164/90, PROC. 0635/90 especificando a área territorial do município de São José do Ivaí, bem como seus limites.

Este foi o motivo pelo qual apresentamos o presente projeto de lei de retificação de divisas e pelo qual esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 595/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Cabe ao Estado prover a regulamentação da utilização econômica dos recursos naturais renováveis, normatizando as atividades de caça e pesca, estabelecendo temporadas, espécies, cotas, municípios e licenças.

Art. 2° - O estabelecimento de licenças de caça e pesca cabe ao Estado, que as discrimina e estabelece seus respectivos valores.

§ 1° - Fixar-se-ão licenças globais de caça restringindo-o praticamente às aves autorizadas, nas quantidades permitidas.

§ 2° - Para a caça de mamíferos e répteis é exigida licença suplementar à licença de caça, paga para cada espécie colhido ou não.

§ 3° - Ficam fixadas as licenças de pesca em duas categorias: desembarcado e embarcado e/ou sub-aquática.

§ 4° - As licenças de caça e pesca são emitidas com três períodos de validade:

a) para 15 dias;

- b) para 30 dias;
- c) para toda a temporada.

§ 5º - São distintas as licenças de caça e pesca para residentes e não residentes no Estado.

§ 6º - Os valores das licenças para não residentes são 50% maiores do que os respectivos valores para os residentes.

Art. 3º - Fica criado pelo Estado o Fundo Estadual de Fauna, que acolherá os valores arrecadados em todas as licenças e multas aplicadas às infrações da fauna.

§ 1º - O Fundo Estadual da Fauna será administrado por um Conselho composto paritariamente pelos setores contribuintes, pelo Estado e por entidades de pesquisa em recursos naturais.

§ 2º - O Fundo Estadual da Fauna acolherá ainda recursos de todo o segmento industrial, comercial e serviços ligados direta ou indiretamente às atividades de caça, pesca e camping, com o fim de obter receita para os seus fins específicos.

§ 3º - Fica estipulado como base de cálculo valor equivalente a 2% do ICMS, a ser pago mensalmente.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Estadual de Fauna serão exclusivamente destinados ao manejo ecológico das áreas e das espécies, à preservação e conservação da natureza, à pesquisa científica em fauna e flora, à aquisição de áreas para manutenção de espécies e ecossistemas, à fiscalização e à educação ambiental.

Parágrafo Único - As parcelas orçamentárias destinadas a cada uma das atividades referidas no "caput" deste artigo dependem de dotação orçamentária, sem exclusão de qualquer de suas destinações.

Art. 5º - Fica criado pelo Estado a Ficha Individual de Controle de Caça e a Ficha Individual de Controle de Pesca como instrumentos de informação para subsídio aos trabalhos científicos e de fiscalização.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo de uma regulamentação clara e definida é estabelecer parâmetros para o exercício das atividades, retirando da ilegalidade o maior número possível de caçadores e pescadores, transformando-os em observadores avançados da pesquisa científica e da fiscalização e reduzindo drasticamente a caça e a pesca furtiva e predatória.

O sistema proposto em nosso plano de lei é o utilizado na maioria dos países e tem-se demonstrado muito eficiente em atender tanto aos interesses dos caçadores e pescadores como os interesses do Estado.

E o apresentamos por entender ser da nossa responsabilidade perante o futuro a preservação dos ecossistemas e a manutenção da diversidade biológica e dos processos ecológicos essenciais. Além de que, o uso sábio dos recursos naturais representa a modernidade no trato da questão ambiental.

Pelo exposto acima esperamos poder contar com o devido apoio ao nosso Plano de Lei pelos nobres Pares desta Casa, que desta maneira contribuem para uma maior aproximação entre os homens e a Mãe Natureza.

#### PROJETO DE LEI N° 596/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, nos termos e limites previstos nesta lei, o Parque Estadual Saint-Hilaire, como área de preservação de ecossistemas relevantes da fauna e flora da mata atlântica e a estabilidade ambiental da região, balneários e comunidades litorâneas.

Art. 2º - Os limites definitivos do Parque Saint-Hilaire, serão fixados pelo Poder Executivo, no prazo máximo de 02 (dois) anos a partir da vigência desta lei, respeitado o perímetro compreendido dentro das seguintes orientações:

"Inicia no ponto aproximado a 48°33' na confluência dos pontos 71.39 U.T.M-SUL e 7.46 U.T.M. NORTE, localizado na estrada do contorno, ao fundo do Balneário Caiobá, ao pé das elevações que compõem o Morro do Itaguá, partindo daí com a cota de 20,00 metros de altitude em direção ao Porto Passagem, margeando a Rodovia de acesso, observando sempre esta cota ou a cota superior subsequente se houver necessidade de desviar eventuais áreas já urbanizadas, do local determinado Porto Passagem, seguindo daí, pela mesma cota de 20,00 metros, margeando as elevações do Morro do Itaguá, próximo a estrada de acesso a localidade de Cabaraquara, seguindo daí, ainda pela cota de 20,00 metros, acompanhando o entorno do Morro de Cabaraquara e do Morro Pedra Branca, até o ponto divisor com o Morro Jesus, seguindo por este divisor em direção a encosta oposta no sentido da localidade de Sítio do Meio, seguindo então, também pela cota de 20,00 metros, do lado oposto do Morro da Pedra Branca, em direção ao ponto de origem, circundando as diversas elevações, sempre pela cota de 20,00 metros, excluídas as áreas eventualmente urbanizadas".

Parágrafo Único - Na fixação dos limites definitivos, o Poder Executivo poderá excluir áreas relevantes para o desenvolvimento regional ou para as obras de reconhecido interesse público, bem como as edificações já existentes.

Art. 3º - A implantação e administração do Parque ficarão a cargo do I.T.C.F. - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.

Art. 4º - Nos três primeiros anos, subsequentes à data da publicação desta lei, deverão ser alocados recursos pelo Poder Executivo no Orçamento Geral do Estado, para a realização de obras de infraestrutura e de preservação da área do Parque, além das necessárias à sua conservação e manutenção.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

#### JUSTIFICATIVA:

O local apresentado para a criação do Parque Estadual de Saint-Hilaire, abrange a área pertencente a Mata Atlântica, de significativo interesse para a preservação da fauna e flora.

Sendo parte de uma área com grande declividade, é fundamental a preservação da mata, protegendo assim as encostas do morro, visando a própria segurança da população residente e turistas que ali trafegam. Também ressalta-se o fato de preservar a qualidade da água dos rios ali existentes que ajudam a suprir a necessidade dos municípios.

Finalmente, a preservação de parte da

Mata Atlântica na forma de um Parque, vem assegurar o interesse real do Paraná, em manter o restante de vegetação nativa de nosso Estado. Quanto ao nome, deve-se ao primeiro naturalista que descreveu nossa região.

PRESIDENTE: ORLANDO PESSUTI

1º SECRETÁRIO: NEREU MASSIGNAN

2º SECRETÁRIO: WERNER WANDERER

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo número legal, declarou aberta a Sessão.

Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Finda a leitura do Expediente passo a palavra, no Pequeno Expediente ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome do bloco agropecuário, que tem na pessoa do Deputado Orlando Pessuti a Presidência, nós ocupamos a tribuna para aqui dizermos da situação em que se encontra a Avicultura no Estado do Paraná; e nesta mesma oportunidade nós queremos ler uma carta aberta que está sendo encaminhada ao Presidente da República, "o SOS da Avicultura ao Presidente da República". (Lê):

# SOS da Avicultura ao Presidente da República

## "CARTA ABERTA"

### A PEDIDO

Curitiba, 28 de Novembro de 1990.

Excelentíssimo Senhor  
Doutor Fernando Collor de Mello  
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil  
Palácio do Planalto  
Brasília - DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

"Três décadas de muito trabalho, garra e dedicação, foram suficientes para dar ao Brasil o merecido lugar de 3º maior produtor avícola do Planeta e, com destaque especial, o 2º do Mundo Ocidental.

Detentora de sofisticada tecnologia produtiva e avi-industrial, a avicultura brasileira compete, lado a lado, com todos os demais Países Produtores no Mercado Internacional, participando com uma formidável linha de produtos avícolas (ovos, fran-

gos, cortes e seus industrializados), carreando, anualmente, milhões de dólares para o fortalecimento de nossa balança comercial.

Ademais, merece ênfase a expressiva participação da nossa avicultura no processo de abastecimento alimentar nacional, com proteínas essenciais da Cesta Básica "Ovos e Frangos", beneficiando, sobremaneira, as populações de baixa e média rendas.

Com uma potencialidade ins-

talada para produzir este ano cerca de 2.300.000 (Duas milhões e trezentas mil) toneladas de frangos, das quais 300.000 (Trezentas mil) toneladas deverão ser exportadas, produzindo, também 800.000 (Oitocentas mil) toneladas de Ovos, a avicultura brasileira está apreensiva.

A verdade é que o Parque Avícola Brasileiro vive, na atualidade, momentos de angústia e dificuldades que se acumulam.

Explosão nos preços dos insumos (especialmente milho e fa-



relos), provocam agora já a nível diário, a permanente elevação nos custos de produção; o mercado começa a especular forçando até mesmo uma expectativa inflacionária nos insumos; o farelo de soja é vendido a peso de cotação dólar Bolsa de Chicago; milho no mercado interno em B1NF-e, os avicultores vendem seus produtos em cruzeiros, totalmente defasados.

Do outro lado, o fraco poder aquisitivo da população, principalmente de baixa e média rendas, provoca intensa demanda reprimida do povo que precisa, quer e merece pelo menos se alimentar, mais que nem isso está mais podendo fazer.

Este impasse está gerando quebraadeira, destruturação das estruturas produtivas, provocando inadimplência de expressivo número de avicultores e demais produtores pecuários, muitos inclusive, seriamente endividados junto a rede bancária, sem quaisquer condições de saldarem seus compromissos.

Reconhecemos sim, que tudo isto é a resultante do descaso dos Governos anteriores, que nunca se preocuparam realmente em formar estoques reguladores, principalmente dos produtos essenciais e de transformação, a níveis regionais e muito menos a nível nacional.

Tanto é verdade que, sendo o Paraná responsável pela produção de 25% de toda produção de grãos a nível nacional, na atualidade (Novembro/90) está indo buscar milho nos Estados do Mato Grosso e Goiás, caminhando distâncias indesejáveis, em

Aumenta também o índice de criminalidade. Tudo isto é inconcebível num Brasil que abre as portas à modernidade e a sua auto-suficiência produtiva, alimentar e social.

Por isso mesmo, Srs. Deputados, esta Carta "SOS Avicultura Brasileira" encaminhada ao Sr. Presidente, conhecemos vossa respeitável e digna personalidade de homem público, de querer mudar o Brasil para melhor é que tomamos a liberdade de, respeitosamente, encaminhar-lhe esta Carta, em nome dos avicultores do Paraná, e nós como membros do Bloco Agropecuário da Assembleia fazemos aqui coro a estas reivindicações.

É necessário que Sua Excelência, o Presidente da República olhe com carinho, que analise esta Carta, que analise inclusive as propostas aqui colocadas pela Avicultura Brasileira, pelos homens que fazem parte da Associação Paranaense de Avicul-

estradas de péssima conservação, cerca de 4.000 quilômetros (ida e volta). Tudo isto ajuda, sem dúvidas, a onerar ainda mais os custos da produção.

Os estoques do Governo Federal (CFP) encontram-se localizados, principalmente, nesses Estados do Centro Oeste Brasileiro.

Nesta oportunidade, convém lembrar que 80% da produção pecuária geradora de alimentos da Cesta Básica (Ovos, frangos, suínos e leite) está situada na região sudeste/sul do Brasil.

Frete elevadíssimo face aos altos custos dos combustíveis, agregados com mais 12% de ICMS sobre esse milho do Centro Oeste, sem dúvidas agregam custos aos produtos finais. Leilões abertos onde todos interessados tem o mesmo direito (produtores, comerciantes e demais interessados) avultam preços e especulam o mercado paralelo.

Assim, enquanto em cada 12 ovos produzidos, 4 ovos vão de impostos e taxas para o Governo Federal representando 33%, em cada 4 frangos produzidos, um vai inteirinho também para o Governo Federal em impostos e taxas, representando 25%.

Enquanto isso, para espanto nacional, periódicos pornográficos estão isentos de todos os impostos (ICMS, IPI e similares), com integral amparo constitucional, por incrível que pareça (artigo 150, inciso VI, letra D da Constituição Federal).

Face ao atual quadro, as lideranças da avicultura brasileira realizaram no último dia 14 do corrente mês, em São Paulo,

reunião de reflexão e aviação do grave momento que vive toda atividade avicol. nacional, culminando com a recomendação de que, a persistir o atual diagnóstico, deve a avicultura diminuir a produção em cerca de 15 a 20%.

Entretanto, convém registrar que, se isto vier a acontecer, efetivamente, deixará de entrar no mercado nacional já a partir de janeiro/91, cerca de 1.000.000 (um milhão) de dúzias de ovos por dia e, paralelamente, 1.000 (mil) toneladas de carne de frango dia.

Isto será muito ruim não somente para os produtores mais para toda Nação. Desta forma, cabe-nos a responsabilidade de criar alternativas, de propormos à decisão dos Poderes Constituídos as deliberações julgadas necessárias a manutenção da própria segurança nacional.

Sabemos que existem 60.000.000 (Sessenta milhões) de irmãos brasileiros passando fome, muita fome.

Os números são trágicos: o Brasil carrega o recorde vergonhoso de abrigar 12 milhões de crianças desnutridas. Isso significa 53% dos pequeninos brasileiros com carência total de proteínas, segundo relatório da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

E, atrás da fome está a doença, pois a carência alimentar abre as portas para instalação de enfermidades, além disso encontrariam resistência em pessoas sadias, mas, que são fatias em pessoas famintas".

tura, para os homens que fazem parte das demais Associações deste Brasil, no sentido de que seja dado realmente um estímulo, seja dada uma atenção à nossa Avicultura, sob pena de que poderemos ter o Brasil numa situação bem mais dramática, da qual se encontra neste momento.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente, e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

(Todas declinam).

Passa-se a  
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Dire-



za; 67) Rebouças; 68) Reserva; 69) Ribeirão Claro; 70) Ribeirão do Pinhal; 71) Salto do Lontra; 72) Santa Helena; 73) Santa Izabel do Ivaí; 74) Santa Mariana; 75) São Jerônimo da Serra; 76) São João do Ivaí; 77) São João do Triunfo; 78) São Mateus do Sul; 79) São Miguel do Iguaçu; 80) Sengés; 81) Sertãoópolis; 82) Siqueira Campos; 83) Teixeira Soares; 84) Terra Boa; 85) Terra Rica; 86) Terra Roxa; 87) Tibagi; 88) Tomazina; 89) Ubiratã; 90) Uraí; 91) Xambrê.

Em votação a Emenda do Tribunal de Justiça. Aprovada.

Em razão da aprovação da Emenda do Tribunal de Justiça, ficam prejudicadas as demais emendas.

A Emenda do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan e outros foi transformada em Projeto de Lei, em separado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 494/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 173/90), que aprova Créditos Suplementares aos vigentes Orçamentos Próprios de Fundações, autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas. Em Regime de Urgência. Com Parecer Favorável da Comissão Geral. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 494/90

Artigo Único - No Anexo I, do Projeto de Lei n° 494/90, proceda-se às seguintes modificações:

"Acrescente-se no elemento 3132.00 - Outros Serviços e Encargos, o valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Reduza-se no elemento 3113.00 - Obrigações Patronais, o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Suprima-se no elemento 3120.00 - Material de Consumo, o valor de Cr\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de cruzeiros).

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamiento: Artagão Mattos Leão, Rubens Bueno, José Rogério Carvalho, Haroldo Rodrigues Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa atender a solicitação do Departamento de Imprensa Oficial do Estado- DIOE, necessária para a

execução dos serviços de impressão de material para a rede estadual de ensino, que será utilizado no exercício de 1991. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 384/89, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública, o Conselho de Pais e Mães- CONPAM, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 172/90, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 360/90, de autoria dos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, que regulamenta o Parágrafo Único do Artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Emenda- Aprovada.

Projeto- Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que cria o Município e Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 391/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o porte de arma aos Oficiais de Justiça e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 473/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o Município de Palmitópolis, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 536/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que cria o Programa Estadual de Transporte Escolar, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 072/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação ao Artigo 39 do

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 2, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 2, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa apresenta o Projeto de Resolução referente ao Regimento Interno. Será distribuído às Lideranças.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 565/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado.

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei nº 565/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício nº 321/90), que altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

#### COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI Nº 565/90

##### PARECER:

O presente plano de lei, mandado para esta Casa de Leis pelo egrégio Tribunal de Justiça, através do ofício nº 321/90, visa alterar dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme específica.

Analisada a presente matéria entende esta Comissão que a mesma obedece os ditames constitucionais e legais pertinentes, conforme pode ser visto no artigo 96 da Carta Estadual Paranaense.

Nestas condições, somos pelo Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90

Sobre o referido projeto, Ofício subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Emenda, nos seguintes termos:

Curitiba, 27 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar de Vossa Excelência providências no sentido de ser apresentada emenda para excluir, da nova redação dada pelo art. 16 do anteprojeto destinado à alteração do C.O.D.J., ao inciso III do art. 209, a comarca de Marialva, relacionada sob nº 48, tendo em vista que a mesma deverá ser elevada à entrância intermediária, e não constará, daí, como de entrância inicial, renumerando-se, de consequência, a partir do nº 48, as demais comarcas, até o nº 91.

Valho-me da oportunidade para reiterar meus protestos de estima e consideração.

(a) Des. ABRAHÃO MIGUEL

Presidente do Tribunal de Justiça

#### EMENDA

Exclui da redação dada pelo artigo 16, ao inciso III do artigo 209, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, a Comarca de Marialva, sob nº 048, renumerando-se, de consequência, os demais, a partir desse número.

#### JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Marialva deverá ser elevada à entrância intermediária, razão pela qual não deverá mais constar como entrância inicial.

#### III - DE ENTRÂNCIA INICIAL:

12) ...; 13) Campina Grande do Sul; 14) Cândido de Abreu; 15) Capitão Leônidas Marques; 16) Carlópolis; 17) Catanduvas; 18) Centenário do Sul; 19) Cerro Azul; 20) Chopinzinho; 21) Cidade Gaúcha; 22) Clevelândia; 23) Colorado; 24) Congonhinhas; 25) Corbélia; 26) Coronel Vivida; 27) Curitiba; 28) Dois Vizinhos; 29) Engenheiro Beltrão; 30) Faxinal; 31) Formosa do Oeste; 32) Grandes Rios; 33) Guaraniaçu; 34) Guaratuba; 35) Icaraíma; 36) Imbituva; 37) Ipiranga; 38) Iporã; 39) Jaguapitã; 40) Jaguariaíva; 41) Jandaia do Sul; 42) Joaquim Távora; 43) Mallet; 44) Mamborê; 45) Mandaguaçu; 46) Mandaguari; 47) Manguaçu; 48) Marilândia do Sul; 49) Matelândia; 50) Morretes; 51) Nova Fátima; 52) Nova Londrina; 53) Ortigueira; 54) Palmeira; 55) Palmital; 56) Palotina; 57) Paraíso do Norte; 58) Paranacity; 59) Pérola; 60) Pinhão; 61) Piraí do Sul; 62) Porecatu; 63) Primeiro de Maio; 64) Prudentópolis; 65) Quedas do Iguaçu; 66) Reale

Regimento Interno, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 329/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação e acresce parágrafo ao Artigo 16 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, conforme especifica. (Abertura do concurso reservando 50% (cinquenta por cento) das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., R.H., C.S., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 329/85

Artigo Único - A nova redação do Art. 16, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, que é dada pelo Art. 1° do Projeto de Lei Complementar n° 329/85, fica acrescido o § 3°, com a seguinte redação:

"§ 3° - A habilitação para as vagas de que trata o presente artigo não poderá ser exercida por policiais civis em cuja ficha funcional conste punição da qual não caibam mais recursos".

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Lauro Lobo Alcantara, Cândido Bastos, Renato Adur, Orlando Pessuti. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda: Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 131/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 36/90 - ex-Proposição n° 31/90), que ratificam os convênios celebrados em 12.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 132/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 34/90 - ex-Proposição n° 29/90), que ratificam os convênios celebrados através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e a propor-

cionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem constituídas, na forma do Programa Paraná-Rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 133/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 33/90 - ex-Proposição n° 29/90), que ratifica os convênios celebrados anteriormente a 15.10.89, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando proporcionar e manter condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 134/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 30/90, ex-Proposição n° 27/90), que ratifica o convênio n° 02/89 - COMEC, já celebrado por motivo de urgência em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC e o município de Araucária, objetivando a ampliação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Av. Archelau de Almeida Torres. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 135/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 25/90 - ex-Proposição n° 22/90), que ratifica o protocolo de intenções de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, celebrado por motivo de urgência, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal de repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná S.A., recursos federais correspondentes à parcela do capital social da empresa subscrita pela União. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 136/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 22/90 - ex-Proposição n° 19/90), que ratifica o convênio já firmado em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do município de Guaraqueçaba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 137/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 20/90)- ex-Proposição n° 17/90), que ratifica o 1° Termo Aditivo firmado em 20.11.89, referente ao convênio celebrado em 20.07.89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando o agenciamento financeiro do fundo de Desenvolvimento Urbano. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 463/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 150/90), que abre, no Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado/ DIOE um crédito suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 103, de 03.09.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 464/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 149/90) que abre, no Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha/FCMR, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 103, de 03.09.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 546/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 188/90) que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 131, de 01.11.90- Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 186/90), que aprova crédito suplementar alterando o orçamento de 1990, da Secretaria de Estado da Segurança Pública. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 131, de 01.11.90- Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 570/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 199/90), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba- FAFIPA com sede e foro na cidade de Paranaíba, Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no DA. 139, de 19.11.90-Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 582/90, de autoria do Tribunal de Justiça

(Ofício n° 83/90), que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências. Aprovado. (Publ. no DA. n° 142, de 22.11.90-Ofício).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 139/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 28/90, ex-Proposição n° 25/90), que ratifica o convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa científica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 140/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 27/90, ex-Proposição n° 24/90), que ratifica o convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 141/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 23/90, ex-Proposição n° 20/90), que ratifica o Termo de Cooperação firmado em 17.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição síndica no Documento Único de Trânsito - DUT. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 142/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 21/90, ex-Proposição n° 18/90), que ratifica o convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa e tecnologia. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 143/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 14/90, ex-Proposição n° 11/90), que ratifica o convênio n° 03/90/COMEC, celebrado em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e do Município de Colombo, objetivando apli-

cação de recursos financeiros estaduais na pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da rua Dalprá e Rua Ângelo Falavinha Dalprá, na sede do referido município. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 144/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 16/90, ex-Proposição n° 13/90), que ratifica o Termo de Ajuste celebrado em 18.01.90, entre a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR, através da colocação de guardas Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 156/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que fixa remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1991. - Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 156/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - O Governador do Estado, no exercício financeiro de 1991, perceberá a remuneração igual aos vencimentos do Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - O vice-Governador do Estado perceberá remuneração igual aos vencimentos do vice-Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 157/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que fixa remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, conforme especifica. - Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 157/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Os Deputados à Assembléia Legislativa do Estado, perceberão, na legislatura a iniciar-se em 1° de fevereiro de 1991, como remuneração, 2/3 (dois terços) do que percebem a qualquer título, os Deputados Federais, que será reajustada nos mesmos índices concedidos aos servidores públicos.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de fevereiro de

1991.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução, visa cumprir preceito constitucional, art. 54, inciso VII, que regula a matéria.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 65/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 101/90, que ratifica os convênios celebrados em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PROPOSIÇÃO N° 65/90

#### P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 101/90, a presente proposição visa ratificar os convênios celebrados em 19.12.89 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

A ratificação da proposição em tela, fundamenta-se no art.54, inciso XXI da Constituição Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela sua aprovação, ratificando na forma do projeto de resolução que em anexo encaminha.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 66/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 105/90, que solicita ratificação a convênios já celebrados por motivo de urgência, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública com os Municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná em 04.04.90, e com o Município de Guaratuba em 06.03.90, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PROPOSIÇÃO N° 66/90

#### P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 105/90, a presente proposição visa ratificar os convênios já celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná em 04.04.90, e com o Município de Guaratuba em 06.03.90, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

A ratificação desta fundamenta-se no art. 54, inciso XXI da Constituição Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela sua aprovação, corroborando na forma do projeto de resolução que em anexo encaminha.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 67/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 103/90, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, nas datas e com os objetivos aos respectivos municípios; encaminha, ainda, convênios e respectivos aditivos celebrados, através da SESP, e os municípios, conforme especifica.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 67/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 103/90, a presente proposição visa ratificar os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios que especifica, nas datas e com os objetivos aos respectivos municípios. E também, encaminha convênios e respectivos aditivos celebrados através da SESP e os municípios que especifica.

A presente proposição solicita a ratificação desta Casa, aos convênios supracitados, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, este convênio foi celebrado em 29.12.89.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, com o projeto de resolução em anexo que encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 68/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 102/90, que solicita ratificação a convênios já celebrados por motivo de urgência em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 68/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 102/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis aos convênios firmados em grau de urgência, em 20.12.89, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Conforme reza-a Constituição Estadual, em seu art. 54, inciso XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados a esta Casa Legislativa, nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

Nestas condições, vemos que a presente Proposição obedece aos preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 69/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 98/90, que ratifica os convênios celebrados em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 69/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 98/90, a presente proposição solicita ratificação por esta Casa de Leis aos convênios celebrados em 26.12.89, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Conforme reza a Constituição Estadual em seu art. 54, inciso XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização.

Nestas condições, vemos que a presente proposição obedece os preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 70/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 89/90, que ratifica o convênio celebrado em 22.03.90, entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas Mirins.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 70/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 89/90, a presente proposição visa ratificar o convênio celebrado em 22.03.90, entre o DER e a FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas Mirins.

A presente proposição solicita a ratificação desta Casa, ao convênio supracitado, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, este convênio foi celebrado em 22.03.90.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 82/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 109/90, que autoriza o Poder Executivo a celebrar o convênio com a União, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a Universidade Federal do Paraná, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP".

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 82/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 109/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo celebrar o convênio com a União, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a Universidade Federal do Paraná, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP".

A autorização para celebrar convênios fundamenta-se no art.54, inciso XXI da Constituição Estadual.

Esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela aprovação da presente proposição, ratificando com o projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 83/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 107/90, que ratifica o convênio celebrado em 03.04.90, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Construção de Obras e Manutenção - DECOM e o Município de Loanda, objetivando a construção da Segunda Companhia Policial Militar do 8° Batalhão, no referido município.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 83/90

P A R E C E R:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 107/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo ao convênio celebrado em 03.04.90, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e do Departamento de Construção de Obras e Manutenção - DECOM e



o Município de Loanda, objetivando a construção da Segunda Companhia Policial Militar do 8º Batalhão, no referido Município.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina favoravelmente pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

- Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2666, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2655 e 2659, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2660, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2646, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2650, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2652 a 2654, de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2644, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2661, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, com apoio dos Srs. Deputados Acir Mezzadri, Algaci Túlio, Neivo Beraldin e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2663, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzari, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2668, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2592, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão ante-

rior. - Rejeitado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, este requerimento de minha autoria trata da autorização que esta Assembléia deverá conceder para que possa ter prosseguimento o processo aberto no Superior Tribunal de Justiça contra o Senhor Governador Álvaro Dias, processo esse requerido pelo juiz Leônidas Silva Filho e pelo Desembargador Mozart Grucoski.

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares que de acordo com a Constituição e o que determinou o Superior Tribunal de Justiça o prosseguimento da ação penal só se consumará na medida em que a Assembléia, por 2/3 dos seus integrantes, autorize o prosseguimento da ação.

É por isso que nós estamos propondo e lembrando aos Senhores Parlamentares e à Assembléia Legislativa de que o governador, na época em que se deu divulgação desse processo pelos meios de comunicação, declarou que inclusive faria questão que a própria Assembléia lhe desse a licença para que ele pudesse se defender e eventualmente provar o que alegara naquele momento.

Então, razão mais assiste à Assembléia em concordar com o Governador Álvaro Dias no sentido de que esta Assembléia autorize o prosseguimento da ação já que este é o desejo do próprio Governador Álvaro Dias e esta é uma solicitação do Superior Tribunal de Justiça por imposição constitucional.

Como não há objeção por parte do próprio Governador de que esta Assembléia autorize o prosseguimento da ação contra o Senhor Governador, já que, como lembrei agora há pouco é da sua opinião de que seria bom que a Assembléia lhe concedesse a licença para que ele pudesse continuar dentro da ação penal e eventualmente fazer a prova daquilo que alega.

Não havendo, portanto, por parte do Governador, parece-me que esta Assembléia deve hoje, transformada em Comissão Geral, nomeado o Relator, e votar a licença para que assim se consume e se chegue ao final do processo, conforme, repito, desejo do próprio Superior Tribunal de Justiça e do próprio Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

(Pausa).

Dezessete aprovam o requerimento.

Os senhores Deputados que o rejeitam queiram levantar-se.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- (Pela Ordem)



Há uma inversão de votação. Os que aprovam devem levantar?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os que rejeitam devem levantar-se.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pois não. Quantos rejeitaram?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezoito, segundo o Deputado....

O SR. NEREU MASSIGNAN - E quantos aprovaram?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora é que vamos ver. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento...

O SR. ALGACI TÚLIO - Que aprovam...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... que aprovam, queiram levantar-se.  
(Pausa) - Dez rejeitam.

Está REJEITADO o Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que fosse computado o meu voto. É a favor do Requerimento. Eu estava aqui discutindo com o Deputado Valderi, tratando de problemas do PDT e quero deixar claro que o meu voto é a favor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezesete a onze. REJEITADO o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 499/90 e 530/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 329/85, do Projeto de Lei n° 565/90 e dos Projetos de Resolução n°s 131/90, 132/90, 133/90, 134/90, 135/90, 136/90 e 137/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 463/90, 464/90, 546/90, 548/90, 570/90, 582/90 e dos Projetos de Resolução n°s 139/90, 140/90, 141/90, 142/90, 143/90, 144/90, 156/90 e 157/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 469/90, 495/90, 513/90, 533/90, 558/90, 559/90, 560/90, 569/90, 576/90, 577/90 e dos Projetos de Resolução n°s 53/90, 54/90, 113/90, 116/90, 117/90, 118/90, 145/90, 146/90, 148/90, 149/90, 150/90, 151/90, 152/90, 154/90, 155/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 84/90, 87/90, 92/90, 95/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 588/90.

Levanta-se a sessão.